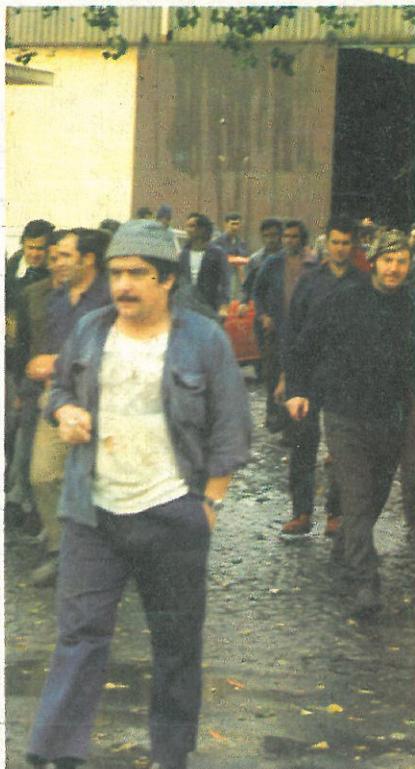


REG 2

PLANO ECONÔMICO CARTA ABERTA A MELO ANTUNES



CONTINENTE E ILHAS: 10\$00 - FRANÇA 4 fr. - CANADÁ 85 cts.
POR AVIÃO: ANGOLA 17\$50 - MOÇAMBIQUE 20\$00

PP.VM



Sr. Ministro,

O seu programa é um documento frio. Atrevo-me a pensar que ele é tanto mais frio quanto é menos seu.

Explico-me. Muita coisa se passou entre os dias, que já parecem distantes, de Maio/Junho 74 e o momento presente. Naqueles dias, em que era grande a indefinição política, em que o grande capital "estava por tudo" e era imensa a disponibilidade ideológica das massas populares, um moderado projecto em que se previa o controlo (a 51 por cento) por parte do Estado dos sectores básicos da indústria e da energia, que chegou a ser apresentado ao então Ministro da Coordenação Económica, teria constituído para o M. F. A. um formidável "capital político", que lhe permitiria partir desde logo de uma plataforma mais avançada para o processo que então se iniciava. Em nome do realismo, que tanto tem paralisado tantos processos similares, logrou aquele Ministro convencer a então Comissão Coordenadora do M. F. A. dos enormes riscos de tal conjunto de medidas, tendo acabado por fazer passar em Conselho de Ministros, ao que parece, um projecto ridículamente amputado, aliás posto depois na prateleira, após a queda do primeiro Governo Provisório.

CARTA ABERTA A MELO ANTUNES

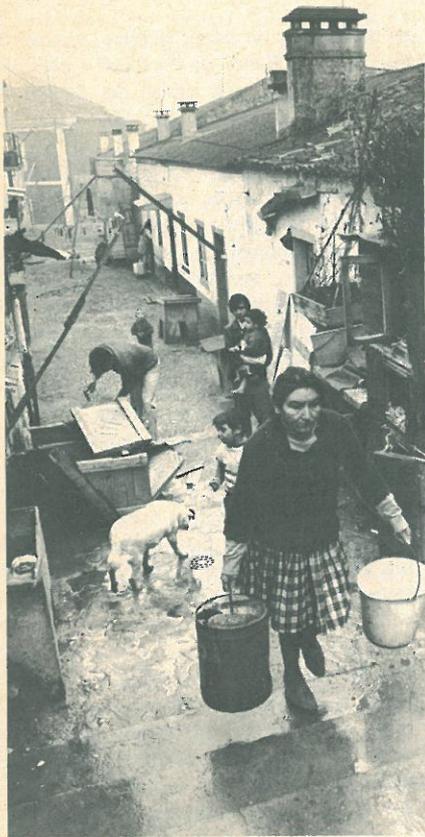
Quando, em meados de Outubro, foi criado o grupo de trabalho destinado a propor um plano de acção económico-social, e se falou em "algumas semanas" como prazo previsível para apresentação de tais propostas; quando se soube ser esse grupo encabeçado pelo Sr. Ministro, portanto por um não-técnico; quando o próprio Ministro da Economia declarou na TV que o documento em elaboração seria sobretudo um "programa político"; quando o próprio boletim do M. F. A., em artigo que deu que falar, dizia que "o plano deve assumir carácter de excepção" — esperou-se que viesse a surgir, a curto prazo, um documento curto, forte, marcadamente político, tirando partido do clima pós-28 de Setembro, em que eventuais descuidos técnicos pouca importância teriam face à intencionalidade política, essa primordial. Pois já então era patente — e o "domingo de trabalho" terá trazido proveitosos ensinamentos aos mais atentos — que as massas trabalhadoras deste País, embora confiantes no M. F. A., não se dispunham a entrar de alma e coração numa "batalha da produção" sem sinais muito claros de que seriam elas as principais beneficiadas. Não menos patente era já também a quebra dos investimentos, a falta

de dinamismo no sector público, o papel de bombeiro do Banco de Portugal — para não falar, é claro, nos casos de deliberada sabotagem económica, de fugas de empresários, etc.

A agricultura, sempre esquecida, limitava-se a aguardar que a contemplassem com uma tímida lei de arrendamento que ainda, neste momento, não veio à luz do dia. E já então, também, se dispunha de elementos suficientes para compreender que as ajudas externas, em que tanto apostava o Ministro Vieira de Almeida, exigiam preços bem mais altos do que aqueles que Portugal estaria disposto a pagar — logo, o melhor seria não contar com elas. Aproximava-se, enfim, o fim do ano, com o inevitável cortejo de falências e de conflitos em torno do pagamento do décimo terceiro mês (pois se já em Agosto o sistema bancário tivera um abalo com o pagamento do subsídio de férias...); aproximava-se o período eleitoral, com o previsível aumento das tensões partidárias; aproximava-se o momento em que os trabalhadores agrícolas atingiriam o limite da paciência. Tudo isto se verificou, e mais: talvez nunca o comércio tenha feito tanto negócio em anteriores períodos de Natal. O que é dizer, e já antes o escrevi nestas páginas: excluindo os desempregados, a generalidade dos portugueses entrou o ano de 1975 com a vida mais "fácil" do que antes do 25 de Abril, tendo certamente produzido menos. Ilusões destas pagam-se caras. (1)

Entretanto — vou ser franco — tem-se a sensação que, enquanto "cá fora" a temperatura subia, e com toda a evidência se constata a falência, não de uma empresa, mas de um sistema de produção, o grupo de trabalho do "Plano" se preocupava em elaborar um documento exaustivo, a redigi-lo numa impecável linguagem técnica, despoletando-o, digamos, politicamente. Por isso disse de início que se tratava de um documento frio. E julgando-o, Sr. Ministro, o mais "político" daqueles que intervieram na sua feitura, ponho a hipótese de que, ao longo do processo de elaboração, e tal como já em Junho acontecera, de novo os economistas terão tido argumentos que se sobrepuseram a uma rigorosa análise política do contexto português. E: daí a segunda frase desta carta.

Poderá parecer estranha esta hipótese quando é certo que a principal defesa do Programa residirá precisamente nas exigências de "realismo político": não se



Na situação actual do País, põe-se desde já a questão do socialismo é, segundo o tal realismo político, enveredar pela "socialização da miséria"

pôde ir mais longe porque etc. E é, sem dúvida, um rol de boicotes, de intervenções, de insuficiente consciência política das massas, de relações de forças desfavoráveis. É a pequenez do País. A sua dependência externa. A sua falta de quadros. Os compromissos internacionais. Por tudo isto, e já não é pouco, não se pôde ir mais longe. Tivemos que ficar pela voz socializante, que soa melhor que "via social-democrata".

Só que, numa perspectiva precisamente de realismo político, a questão não se põe em termos de ir mais ou menos longe: põe-se em termos de ir por outro caminho. Dir-se-ia que me estou a candidatar a ministro, mas não estou. Tenho mesmo consciência de que me falta muita informação — do que não sou culpado. Mas aquela de que disponho, a dos que vivem no século (como outrora se dizia), talvez nem sempre chegue despida de filtros partidários às alturas de São Bento. E por isso mesmo rapei da pena e me lancei por esta carta adiante.

Julgo que a questão do realismo político tem três aspectos fundamentais: o problema da "socialização da miséria", a questão das classes médias, as limitações de ordem externa. Uma quarta, que tem que ver com todas elas, é a questão do investimento, e por aquela razão a tratarei no fim, sabendo de antemão que ela me irá aparecendo, de caminho, ao abordar as primeiras.

Na situação actual do País, põe-se desde já a questão do socialismo é, segundo o tal realismo político, enveredar pela "socialização da miséria". Parece evidente, quando nos recordamos dos famosos cálculos que, em Maio de 74, levaram à fixação do salário mínimo: o rendimento nacional, sem descontar nada para investimentos, dividido por todos os "activos", andava pela ordem dos 6 mil escudos. Mas é então, por isto mesmo, absurdo apostar em que será o sistema que a tal situação de miséria nos conduziu aquele que, mesmo "controlado", melhores garantias oferece para nos levar ao momento em que já se poderá socializar a "riqueza". Pelo contrário, dir-se-ia que só rompendo rapidamente com os entraves, internos e externos, que tal sistema opõe ao desenvolvimento económico de qualquer país "dependente" se poderá caminhar aceleradamente para o almejado enriquecimento (que está longe de ser apenas material). Se compararmos as rupturas soviética, cubana ou chinesa, com as vias de não-ruptura de um Brasil ou de uma Índia (para não citar mil outros exemplos), compreender-se-á até que ponto aquele argumento releva, antes, do irrealismo político. Mas, é claro, esta é uma questão teórica, pois ainda que a conclusão óbvia seja a que aduzi, surgem em seguida os



argumentos adicionais a demonstrar que tais rupturas exigem condições muito concretas, que não estão reunidas no caso português.

Numa sociedade em que já é importante o peso das classes médias, não há revolução possível "contra elas", a não ser dizimando-as; ora em Portugal as classes médias estão longe de estar ganhas à causa da "revolução" — este, o primeiro argumento que o realismo político opõe em termos de condições objectivas. Aceite em princípio o argumento, mas não fosse por ter presente o drama chileno. Mas há que ver, com certo cuidado, o que por classes médias se entende, pois é um conceito que tem servido para mascarar muitas coisas, que tem sido trabalhado sobretudo para fins eleitorais e partidários, e que os marxistas têm tido repugnância em analisar, por fugir à sumária bipartição social entre burguesia e proletariado, em que se movem mais à vontade. Pois bem, julgo que tal conceito, não podendo ser de facto identificado com o sentido marxista, melhor, leninista de "classe", directamente associado às relações sociais de produção/exploração, tem um sentido de "unidade/contradição" ideológica que não pode ser desprezado na análise política. Unidade por englobar categorias com níveis de rendimento intermédios e situadas preferencialmente em sectores de trabalho não-manual. Contradição por tais categorias recobrirem pequenos empresários, assalariados medianamente ou bem remunerados e profissões liberais (sobretudo, mas não só, provincianas). Num país despolitizado como Portugal, este conjunto heterogéneo situa-se, com elevada probabilidade, eleitoralmente à direita. E, no entanto, precisamente porque despolitizado, seria — é uma hipótese que faço — em grande parte mobilizável por um projecto progressista não-eleitoral. Julgo ser



curto para mobilizar esta gente o chavão do antimonopolismo, que poderão decorar, aclamar mas não assimilar em todas as suas implicações — porque ninguém o explica. Ora cada um dos indivíduos que nesta “franja” se situa, tem diariamente diante dos olhos uma dúzia de exemplos muito concretos da forma como são expoliados e alienados por um sistema que os “comprou” por um automóvel e alguns electrodomésticos. Há sobretudo duas coisas que não mobilizam as classes médias para qualquer espécie de projecto autenticamente revolucionário: a demagogia partidária e um Plano — “socializante” ou outra coisa qualquer. E já que é a propósito do Plano (ou Programa) que lhe escrevo, a que quero chegar? Estes sectores vão passar por alto as palavras tranquilizantes que nele lhe são,

dirigidas, mas vão reter as “intervenções do Estado”, a “fiscalidade”, etc., e, sobretudo, as “promessas de austeridade”. Na melhor das hipóteses, não se mobilizarão para nada, na pior mobilizar-se-ão contra. E temo que, um dia, — e nisto não seríamos originais — possam vir a ser sensíveis a um forte apelo à ORDEM... Eis, pois, um dos casos em que o erro, julgo, está no caminho adoptado, não no vagar da caminhada. A criação de um clima de intensa mobilização popular em torno de algo realmente novo e simples, mas em que todos vejam e sintam que todos estão comprometidos, encontraria estas classes médias, que são Povo — no seu mais forte sentido, e na sua maioria —, dispostos para os sacrifícios indispensáveis. Mais do que nunca me parece que uma profunda reflexão sobre o tema da

“mobilização popular”, apoiado num programa intensivo de “dinamização” (2) por actos e não só por palavras, lançariam (ou lançarão) bem mais sólidos fundamentos do que o tecnocrático Programa para uma “via rápida” para o socialismo — que por não ser de rosas (o que o Programa não esconde) exige uma imensa capacidade de resistência nacional (para o que o Programa não chega). E convém ainda não esquecer duas coisas: que o tempo não joga necessariamente a favor dos “projectos revolucionários”, desde que estes não “o contenham” nas suas estratégias; que, por mais que se faça, a passagem do capitalismo ao socialismo é uma ruptura e que, sendo assim, é mais correcto pensar em termos das dificuldades e “traumatismos” que isto pressupõe, do que fecharmo-nos nos esquemas mentais das “transições” mais ou menos controladas. Julgo que será isto o verdadeiro realismo político.

Enfim, as limitações de ordem externa. Dir-se-á que, no plano económico, a polarização do nosso comércio externo em direcção aos países capitalistas ocidentais, os acordos a que estamos ligados, as necessidades de créditos, investimentos e tecnologia estrangeiros, nos impedem de, rapidamente, fazer marcha-atrás e tirar plenamente partido de uma reorientação de relações, necessariamente lenta. Dir-se-á ainda, e talvez mais grave, que uma política demasiado à esquerda, ou tão-só de certa independência, porá sérias ameaças de intervenção, talvez mesmo directa, como em outros países já sucedeu: os papões da N. A. T. O., do moderno Tordesilhas, etc.

Quanto ao primeiro aspecto, que já aqui também desenvolvi noutra altura, constatarei apenas não haver exemplo conhecido de país dependente que, por um simples voluntarismo desenvolvimentista, e



... somos um país do Terceiro Mundo e para países destes não há meias soluções.



A agricultura, sempre esquecida, limitava-se a aguardar que a contemplassem com uma tímida lei de arrendamento que ainda, neste momento, não veio a luz do dia

sem cortes radicais, tenha conseguido evitar um cada vez maior agravamento dessa dependência. Se há dois casos que me poderiam apontar a contrariar esta afirmação, a Argélia e o Peru, não os julgo suficientemente claros para que ela seja negada. Já sem falar no muito mais baixo nível de desenvolvimento de qualquer desses países em relação ao nosso, o que tem alguma importância, nem no petróleo argelino (que **pode ser** um factor de independência), eu colocaria a questão em termos inversos: é precisamente uma diminuição de dependência, a ter-se de facto verificado, que dará a medida em que terá havido **cortes radicais**. O capítulo do Programa sobre "Política de relações económicas externas" é certamente dos mais desencorajantes de todo o documento: consolidação e intensificação das relações existentes (G. A. T. T., O. C. D. E., E. F. T. A., C. E. E.)? Isto significa consolidar as actuais dependências externas e, pior, significa que continuamos a considerar-nos membros do clube dos "países ricos" deste mundo! Possibilidades de obtenção de apoio por parte de organizações económicas internacionais e pelas agências especializadas das Nações Unidas? Pergunto o que têm feito estes organismos todos, largamente dominados política e financeiramente pelos Estados Unidos, a favor dos "países proletários", como alguém sugestivamente lhes chamou. Medidas tendentes a desincentivar a importação de bens de consumo de luxo e supérfluos? Mas se é um corte **drástico e urgente** que se imporia! Estudos de comportamento da procura interna com vista a uma substituição de importações? Onde já estaremos quando tais estudos terminarem! Enfim, quis apenas exemplificar a óptica de "continuidade", que, não tenho dúvidas, cada vez mais acentuará o desperdício, já hoje monumental, do potencial produtivo de que, apesar de tudo dispomos. É patente não se ter chegado ainda ao ponto de **decidir**, preto no branco, e daí tirar as consequências, que somos um País do Terceiro Mundo; e para países destes não há meias soluções — ainda que, com todo o realismo, se tenha de saber que não se chega às soluções definitivas de um dia para o outro. Mas há coisas que **não se devem esconder**. Ora se se continua a querer fazer acreditar ao "Povo" (que mais ordena...) que as ajudas externas acabarão por vir, não se sabe quando, em lugar de lhes contar tintim por tintim todas as recusas e meias recusas que já houve, até de onde menos se poderia esperar... Como se irá um dia mobilizar este mesmo Povo, e um dia será necessário, se se lhe fala de imperialismo — o

que pouco lhe diz — e não se lhe conta em pormenor o que isto é — o que muito lhe diria!

Quanto aos aspectos políticos, lamento não poder argumentar muito, pois aqui ainda mais fechados são os nossos governantes. E é pena, pois não se fazem revoluções sem abrir o jogo àqueles, todos nós, que se pretende colectivamente gavanizar. Estou porém em crer que os elementos fundamentais de uma verdadeira política de independência nacional, anunciada com clareza e determinação, não seriam suficientes para nos pôr mais problemas além dos que já hoje temos. E se um dia, na sequência dos acontecimentos que a própria dinâmica social viesse a desenvolver, nos encontrássemos diante de tais perigos, é bem possível que já então fosse uma sólida realidade a "fusão" Povo/M. F. A., ao ponto de dissuadir — mesmo sem bombas atômicas — os eventuais interventores.

Enfim, os investimentos, último aspecto em que terá jogado o famoso "realismo político". Este terá aconselhado o tal "despoletamento político" do Programa, os louvores à iniciativa privada bem-intencionada, a definição dos dois inimigos fundamentais: os grupos monopolistas e os sectores operários "anarquizantes". Mas como é possível não ver que não é um **texto**, seja ele qual for (a não ser que fosse um texto impensável nas condições actuais), que motiva os investidores, grandes ou pequenos, mas a realidade social quotidiana em que a sua actividade se insere, e que esta não mudou no dia em que o Programa veio a público, nem este sensivelmente a alterará — entre outras coisas justamente porque eles continuarão a não investir? Também aqui, a perspectiva em que o Programa se coloca é a de uma espécie de Programa Comum francês, que se propõe para um país desenvolvido e politicamente estável (e ainda haveria que ver o que a este último também estaria reservado, caso tivesse oportunidade de ser aplicado...). Também aqui volta à baila a questão do "outro caminho". Tomo um exemplo, que à primeira vista pode parecer desligado deste assunto, mas que se verá não ser o caso. Diz-se no Programa que "não é de esperar num futuro próximo progressões significativas" no sentido de uma melhor repartição de rendimentos entre capital e trabalho. Permita-me, Sr. Ministro, que alinhe alguns números. Seja uma empresa que produz, em um turno de 8 horas, um "valor acrescentado" de 100, 60 por cento para os trabalhadores, 40 por cento para o capital, tomado este no mais amplo sentido (lucros, encargos financeiros, amortizações,



Na melhor das hipóteses, não se mobilizarão para nada, na pior mobilizar-se-ão contra

impostos). Admitamos que aqueles 60 e metade destes 40 acabam por se destinar ao consumo, restando 20 para investimento. Passemos a empresa a dois turnos, e admitamos que aquele valor acrescentado sobe a 160, sendo agora 100 para salários e 60 para o capital, supondo-se que, destes, continuarão 20 a dirigir-se finalmente ao consumo. Que se conclui daqui? Que, **praticamente sem novo investimento**: se duplicou a produção, se aumentou em 60 por cento o valor acrescentado (logo a "riqueza" gerada), a parte do trabalho nesse produto (passou de 60 a 62,5 por cento), a taxa de investimento (passou de 20 por cento do valor acrescentado a 25 por cento, diminuindo correspondentemente a percentagem destinada ao consumo), e, enfim, o emprego (em 67 por cento, supondo que se mantém o salário médio). Aumentou ainda a produtividade e baixou a relação capital/produto. Parece um milagre, mas não é. Foi precisamente assim, isto é, **utilizando ao máximo os equipamentos produtivos**, que os países capitalistas se desenvolveram aceleradamente, pagando salários muito mais altos do que os nossos! Vale a pena meditar nisto, que resumidamente significa não ser talvez o essencial conseguir rapidamente uma forte progressão do volume de investimento (o que é, isso sim, irrealista) mas efectuar uma combinação "violenta" de investimento público — redução impiedosa de importações — máxima e mais racional utilização do equipamento produtivo já existente. Mas isto, por sua vez, implica uma austeridade igualmente impiedosa, implica uma análise muito eficaz de complementaridades e de recursos nacionais, implica uma radical alteração dos critérios de investimento, implica imaginação. E se tudo isto exige uma efectiva mobilização popular, creio que, em contrapartida será o único programa que precisamente a poderia **provocar**.

Eis-nos chegados, afinal, ao nó do

problema. Disse o Sr. Ministro, na semana passada, na TV, duas coisas dificilmente conciliáveis. Por um lado, afirmou que "a prática da vida social e política é mais importante do que qualquer documento", mas por outro considerou indispensável, na fase de transição que o Programa se destina a introduzir, "subalternizar a luta de classes", tendo em conta a necessidade de aliança com as classes médias, que me pareceu identificar com os pequenos empresários. Ora, justamente, a tal prática da vida social e política é a luta de classes, e se é esquemático tomar esta como um simples confronto entre "burguesia" e "proletariado" — ao que já me referi —, nem por isso a questão das classes médias e das alianças ou estratégias possíveis deixe de se inserir num contexto de luta de classes. Luta que nem sequer se pode situar apenas ao nível de empresas: não há campo da "vida social e política" onde não esteja presente. A luta pela terra, pela habitação, pela saúde, pelos transportes, pelo direito à educação, por uma nova cultura, por uma nova moral, etc., são outros tantos aspectos da luta de classes, ao mesmo título que a luta pelo aumento de salários, por melhores condições de trabalho, pelo controlo da produção, ao nível empresarial. É mesmo por isto que, em última análise, todos estes aspectos convergem — ou tenderão a convergir, com o avanço da consciência política — numa luta política global contra o próprio sistema de exploração, esse também global. A tal mobilização popular, sem a qual (e o sr. Ministro pareceu bem consciente disso) será vão "pedirem-se" sacrifícios, sem os quais, por sua vez, nos aguarda (utilizando a sua própria expressão) a "desintegração da economia" — essa mobilização, repito, poderá processar-se sem que a expressão "luta de classes" seja, no limite, pronunciada, mas só o será de facto se consistir numa prática que seja "prática da luta de classes", e não que a ponha entre parêntesis, ainda que fosse possível. O

trabalhador agrícola analfabeto que, junto com os companheiros, se lança a cultivar um pedaço de terra que é enfim **de todos eles**, ficou a saber mais da luta de classes do que se tivesse lido "O Capital"... Como o operário de uma empresa que se diz falida, que se vê ameaçado de desemprego, e que diariamente observa o facto de que o patrão ou os quadros superiores continuam a manter inalterado o seu "trem de vida", se rirá por certo dos sacrifícios que lhe possam pedir, e continuará a sua luta — talvez "anarquizante"... — em lugar de a subalternizar.

Já vai longa esta carta. Julgo que o que ficou dito será suficiente para que me não imputa qualquer responsabilidade no facto de os empresários continuarem a não investir e os trabalhadores continuarem a não revelar entusiástica disposição para o trabalho: se isso vier a acontecer é, muito simplesmente, porque existe uma dinâmica social que nos ultrapassa, a mim e a si. Não veja nisto um mecânico determinismo a que apenas teríamos de assistir de braços caídos. Não. Trata-se apenas de acentuar que a acção política que sobranceiramente a ignore se arrisca a conduzir a resultados contrários aos pretendidos.

E acabei por me não referir (e não foi por esquecimento) a uma outra questão delicada, mas não insignificante: o que é o M. F. A.? (3), como reflecte o M. F. A. aquela dinâmica social? Mais uma vez nos defrontamos, suspeito, com o famigerado "realismo político". Mas também suspeito que tudo o que disse tem muito que ver com esta crucial questão.

JOÃO MARTINS PEREIRA

(1) Com todas as reservas que tais sondagens podem suscitar, são estas ilusões que se manifestam nos resultados daquela que tem vindo a ser publicada na "V. M.": uma maioria de portugueses espera um 1975 melhor que o 1974, e uma boa parte espera que essa melhoria seja no plano económico.

(2) Sendo essencial ter presente que tal mobilização/dinamização não é algo que possa apenas vir de cima: pelo contrário, as múltiplas iniciativas "de base", em todos os campos, são parte decisiva neste processo.

(3) Será sobretudo o M. F. A. que, no último editorial do Boletim, afirma "ser necessário definir com clareza um projecto de independência nacional", "saber quando e como se iniciará o processo de mobilização popular"? O que pensa este M. F. A. do Programa?